

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

# DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

  
ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

# Dicionário das Crises e das Alternativas



## **DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**

**AUTOR**

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

**EDITOR**

**EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.**

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79  
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901  
www.almедina.net · editora@almедina.net

**DESIGN DE CAPA**

**FBA**

**REVISÃO**

Victor Ferreira

**PRÉ-IMPRESSÃO**

**EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.**

**IMPRESSÃO E ACABAMENTO**

**G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.**

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

**DEPÓSITO LEGAL**

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

**DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

contra uma defesa muito profissionalizada e bem preparada, não conseguiu provar; condenado a uma pena “leve”; ou com o processo prescrito.

As sociedades mais seguras não têm cadeias sobrelotadas de cidadãos pobres. Têm baixos índices de corrupção e uma distribuição da riqueza mais igualitária.

*Conceição Gomes*

## **Crise**

Na nossa linguagem comum, “crise” significa algo em perigo, sob ataque, em transformação. Apesar de usarmos, de facto, esta palavra quotidianamente nas nossas vidas para falar de todo o tipo de situações, não pode ser negado que o conceito tem também complexas conotações políticas.

Numa abordagem descritiva, “crise” indica situações em que agentes ou estruturas políticas passam por mudanças radicais. Neste sentido, discutimos nas ciências sociais a “crise da democracia parlamentar” ou a “crise do Estado-Providência”. É característico destes usos descritivos do termo que as perspetivas de futuro – saídas da crise – fiquem frequentemente por considerar: podemos não saber exatamente para onde a estrada nos leva, mas estamos com certeza perdidos. Este uso descritivo pode ser contrastado com um mais “performativo”. Por vezes, a palavra “crise” não é tanto usada para descrever uma situação difícil, e até perigosa, mas antes para agravar e até criar essa mesma situação. A História antiga e contemporânea diz-nos que os políticos (e poderes dominantes) procuram produzir, frequente e ativamente, um clima de crise – seja social, económico ou “afetivo” – de forma a alterar o equilíbrio da balança constitucional de poderes a seu favor. Neste sentido, “crise” contém alguma similitude com outra poderosa expressão do discurso político: exceção. Momentos de crise, tal como estados de exceção, albergam enormes riscos para as instituições democráticas, dado que concedem aos que governam uma autoridade especial, muitas vezes sem qualquer controlo. “Crise”, longe de ser neutro, é claramente um conceito concebido para o combate.

É neste ponto que ressalta a importância de outra prática, uma prática que provém da mesma raiz grega de crise: crítica. Confrontados que estamos com a perturbadora cacofonia dos discursos sobre a crise, torna-se prioritário investigar criticamente as origens e a natureza da situação em que vivemos. Ainda que um dicionário sobre a atual crise seja uma ferramenta

útil e, de facto, indispensável no atual contexto, tal atitude crítica não pode nunca tornar-se um privilégio apenas de peritos académicos. E, se a pressão em tempos de crise (percecionada ou real) é esmagadora para asfixiar o debate público, de maneira a “reforçar” a unidade coletiva, o desenvolvimento oposto – um diálogo societal exaustivo e plural sobre os caminhos de saída da crise – será altamente desejável.

*Mathias Thaler*

## **Custos sociais**

Nas economias capitalistas, como a nossa, uma parte significativa dos custos da atividade económica tende a ser transferida para a sociedade, não entrando na contabilidade de custos das empresas. São *custos sociais*. Custos não pagos pelos agentes que os produzem.

Estes custos cobrem um amplo espectro de deseconomias ambientais e sociais, incluindo aspetos tão diversos e heterogêneos como a poluição ambiental; o esgotamento dos recursos não renováveis e a exaustão dos recursos renováveis; o congestionamento urbano; a deterioração das condições de trabalho, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais; os efeitos nocivos das mudanças tecnológicas ditadas por interesses estritamente privados, a instabilidade económica e o desemprego; ou, como está a acontecer com particular pungência no decurso da presente crise, o sacrifício do bem-estar das pessoas aos ritmos, interesses e exigências da “máquina” económica. Incluem, na verdade, uma variedade de deseconomias, riscos e incertezas com um carácter cumulativo, cujo impacto se pode estender até muito longe no futuro.

A existência de custos sociais deve-se fundamentalmente à circunstância de a busca do lucro resultar num prémio à minimização dos custos privados de produção. Ao minimizarem os seus custos internos, as empresas tendem a *transferi-los* para terceiros e para a comunidade em geral, maximizando efetivamente os custos sociais. Pode dizer-se que estes custos são inevitáveis no quadro da economia capitalista. Por isso K. William Kapp lhe chamou «uma economia de custos não pagos». Na medida em que os custos sociais traduzem violações de direitos sociais – podendo, aliás, ser vistos como o seu reverso –, transcendê-los implica assumir a vida humana como central e aqueles direitos como o referencial último da atividade económica.

*Vítor Neves*